

## **Justiça: Provedor espera que partidos "tenham aprendido a lição" com "triste episódio" da sua eleição (c/áudio, vídeo e fotos)**

**Lisboa, Portugal 15/07/2010 06:35 (LUSA)**

**Temas:** Justiça e direitos, Política

\*\*\* Serviços áudio e vídeo disponíveis em [www.lusa.pt](http://www.lusa.pt) \*\*\*

\*\*\* Joana Haderer (texto) e Miguel A. Lopes (fotos), agência Lusa \*\*\*

Lisboa, 15 jul (Lusa) – O provedor de Justiça considera que o impasse antes da sua eleição, há um ano, "foi um triste episódio", mas defendeu que a forma de escolha do cargo deve manter-se, afirmando esperar que "os partidos tenham aprendido a lição".

Em entrevista à agência Lusa, quando cumpre um ano de mandato na Provedoria de Justiça, Alfredo José de Sousa comentou o impasse de 12 meses que antecedeu a sua eleição, pela Assembleia da República, para suceder a Nascimento Rodrigues.

Na altura, PS e PSD demoraram a entender-se quanto ao nome que deveria suceder ao então provedor de Justiça, que se viu forçado a manter-se no cargo, apesar de o seu mandato ter terminado no verão de 2008.

Depois de uma tentativa de eleição, em junho do ano passado, com quatro candidatos, Alfredo José de Sousa foi eleito em julho, com mais de dois terços dos votos dos deputados.

Um processo que, para o atual provedor de Justiça, foi "um triste episódio", em que "os atores políticos estavam a sair-se muito mal".

"Para ser eleito, era preciso dois terços dos deputados da Assembleia da República. Curiosamente foi a primeira vez que houve esta fratura, porque normalmente os partidos concertavam-se previamente para encontrar um candidato", argumentou.

Alfredo José de Sousa defendeu que a escolha da personalidade para liderar a Provedoria de Justiça "pelo menos" deve representar "uma ideia de consensualidade" entre os partidos, lembrando que o provedor "também é por inerência membro do Conselho de Estado", o que "pode dar alguma relevância político partidária".

"Claro que no meu caso não dá, porque a minha carreira foi toda menos partidária, até porque venho das magistraturas", sustentou.

Alfredo José de Sousa não considera porém ser necessária uma alteração à forma de eleição do provedor de Justiça.

"Acho que está muito bem como está. Os partidos, quaisquer que eles sejam, deveriam ter aprendido a lição", disse, alertando desde já que o seu mandato é de "quatro anos e nem mais um dia".

"Dada a minha idade, eu não farei mais do que um mandato. São quatro anos, o primeiro ano acabou agora, mais três. Já dei o que tinha a dar para este peditério da função pública e do serviço público", afirmou.

Alfredo José de Sousa relatou que, um ano antes do fim do seu mandato tenciona alertar a Assembleia da República "para terem tempo suficiente de se concertarem e elegerem o meu substituto sem passarem pelos episódios que não foram nada felizes".

O juiz-conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas Alfredo de Sousa, 69 anos, foi formalmente empossado provedor de Justiça a 15 de julho de 2009 na Assembleia da República.

\*\*\* Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico \*\*\*

Lusa/fim